

GUIA DO CURSO

ADVOCACIA TRIBUTÁRIA EAD



PÓS-GRADUAÇÃO DA ESA/MG
FAÇA DE QUALQUER LUGAR

ESCOLA
SUPERIOR DE
ADVOCACIA



O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESA/MG

O Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Advocacia de Minas Gerais (ESA/MG), iniciou-se no ano de 2014 e foram criados a partir da vocação natural da ESA, cujo objetivo é proporcionar a constante atualização e aprimoramento do conhecimento técnico para o exercício da advocacia.

Em razão da parceria com a ESA/GO, os cursos são também por ela ofertados.

Atualmente, a Pós-Graduação da ESA/MG oferece 16 cursos diferentes, nas mais diversas áreas jurídicas e gerenciais aplicadas à advocacia, nas modalidades EaD, on-line e presencial, contando com alunos em 25 estados do Brasil.

COMO É ESTUDAR NO FORMATO EAD NA PÓS-GRADUAÇÃO DA ESA/MG?

As aulas são gravadas (com conteúdo sempre atualizado) e podem ser assistidas a qualquer momento, havendo liberdade para que você decida quando e onde estudar. Além dos vídeos, a disciplina conta com rico material na “Curadoria de Conteúdos” com textos autorais, artigos, jurisprudência, vídeos, podcasts etc.

Haverá uma aula ao vivo em cada disciplina para contato direto do aluno com o professor e colegas, criando assim o networking tão importante em um curso de especialização.

Na sala de aula virtual, você poderá esclarecer dúvidas e debater tópicos da matéria.

POR QUE A PÓS DA ESA/MG É A SUA MELHOR ESCOLHA?

TÓPICOS ESPECIAIS

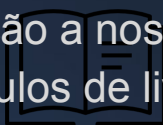
Além das disciplinas técnicas, você verá, em **aulas ao vivo**, conteúdos atuais para o desenvolvimento de competências transversais, para potencializar sua atuação profissional, tais como: Gestão do Tempo, Customer Success, Marketing Jurídico, Felicidade Pessoal e Profissional, Finanças Pessoais, Oratória, Design Thinking, Agile Law, Gestão de Conflitos, entre outros.

DISCIPLINAS DE LIVRE ESCOLHA

Para complementar sua atualização de forma personalizada, você poderá escolher em um rol de mais de 100 disciplinas, 36 horas de conteúdos de diversas áreas, como cível, criminal, empresarial, trabalhista, previdenciária, imobiliária, gestão, empreendedorismo, liderança, dentre outros.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Você terá à sua disposição a nossa biblioteca virtual. Ela conta com inúmeros títulos de livros e artigos jurídicos das mais diversas áreas.



AULAS GRAVADAS E “AO VIVO” COM

GRANDES NOMES DO DIREITO

Nosso corpo docente conta com grandes nomes da advocacia e magistratura brasileiras, referências em suas respectivas áreas. Além das aulas gravadas, você contará com encontros “ao vivo” com o professor da disciplina, permitindo maior interação e enriquecimento dos conteúdos do curso.



OBJETIVOS DO CURSO

Proporcionar uma visão estratégica e crítica para analisar o exercício do poder tributante;

Acompanhar criticamente as alterações normativas do exercício tributante, inserido sobre estas análises críticas;

Capacitar o profissional para a advocacia estratégica extrajudicial, de acordo com o direito positivo vigente e com as alterações normativas porventura inseridas ao longo do Curso, a partir da confecção de opinião legal, bom como para as advocacias preventiva e contenciosa administrativa e judicial.

Promover formação e/ou especialização de profissionais que atuam como advogados e gestores de departamentos jurídicos e área fiscal das empresas.

Dotar o aluno de conhecimentos básicos e fundamentais sobre o Direito Tributário e Processual Tributário.

Pré-Requisito: Para se matricular neste curso é necessário ser bacharel em Direito

PROGRAMA

DATA DE OCORRÊNCIA	ADVOCACIA TRIBUTÁRIA – DISCIPLINAS	Carga Horária	Professor(a)
OUT/DEZ	Meios de Defesa e Execução Fiscal: Aspectos práticos	36H	Leonardo Brandão Rocha
	Teoria Geral dos Recursos e Recursos em Espécie na Seara Tributária	36H	Fernanda de Oliveira Silveira
	Mandado de Segurança em Matéria Tributária	12H	Hugo Reis Dias
	Tópicos Especiais	3H	

DATA DE OCORRÊNCIA	ADVOCACIA TRIBUTÁRIA - DISCIPLINAS	Carga Horária	Professor(a)
FEV/ABR	Sistema Tributário Nacional e Teoria geral do Direito Tributário	24H	Mariane Andreia
	Impostos em Espécie	36H	Bernardo Motta e Maysa Deligne
	Direito penal Tributário	12H	Rafael Santos Soares
	Tópicos Especiais	3H	Vários

PROGRAMA

DATA DE OCORRÊNCIA	ADVOCACIA TRIBUTÁRIA - DISCIPLINAS	Carga Horária	Professor(a)
MAI/JUL	A Ordem dos Advogados do Brasil e o Advogado	12H	Nacib Rachid Silva
	Português Jurídico	12H	Enio Biaggi
	Direito e Tecnologia	12H	Paula Figueiredo
	Advocacia Extrajudicial Tributária	12H	A divulgar
	Advocacia em Face da Fazenda Pública: Repercussões na Seara Tributária	24H	Daniela Victor
	Tópicos Especiais	3H	Vários

DATA DE OCORRÊNCIA	ADVOCACIA TRIBUTÁRIA - DISCIPLINAS	Carga Horária	Professor(a)
AGOSTO/OUT	Petição Inicial e a Propositura da Demanda: Técnicas de Formulação e Estratégias Processuais	30H	Ival Heckert Jr.
	Saneamento do Processo e Fase Instrutória em matéria Tributária	24H	Pilar Coutinho
	Teoria Geral do Processo e Processo Administrativo Tributário	36H	Frederico Breyner
	Tópicos Especiais	3H	Vários

APÓS OS 4 MÓDULOS	DISCIPLINAS ELETIVAS (A ESCOLHER)	36H	VÁRIOS
-------------------	-----------------------------------	-----	--------

EMENTA

1. Sistema Tributário Nacional e Teoria Geral do Direito Tributário: 1. Conceito de Tributo e espécies tributárias. 2. Sistema Tributário Constitucional. 2.1. Competência tributária. 2.2 Princípios. 2.3. Imunidades. 3. Obrigação tributária. 4. Fato Gerador. 5. Lançamento. 6. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 7. Sujeito Passivo. 8. Preferências, exclusões e extinções do crédito tributário.

2. Impostos em espécie: 1. Impostos federais; 1.1. Impostos aduaneiros: II e IE; 1.1.1. As taxas aduaneiras e seu controle de legalidade; 1.2. IPI; 1.3. IOF; 1.4. IR: sua matriz constitucional; 1.4.1. Capacidade contributiva; 1.4.2. Deduções e ativismo em matéria tributária: o legislador negativo e a impossibilidade de ampliação 1.4.3. Generalidade, progressividade e universalidade; 1.4.4. conceito constitucional de renda; 1.4.5 Princípios específicos: isonomia, capacidade contributiva, progressividade, não-confisco; 1.4.6. IRPF: A renda e sua definição, Imposto de renda e justiça fiscal, acréscimos patrimoniais tributáveis, deduções cabíveis, isentos, não –residentes, pessoa física equiparada à jurídica; 1.4.7. IRPJ: Incidência. Alíquota. Base de Cálculo. Isenções. Lucro Real. Lucro Presumido. Lucro Arbitrado. Sistema SIMPLES; 1.5. ITR: diferenciação de imóvel urbano e rural; 1.6. IGF: contornos constitucionais. 2. Impostos Estaduais; 2.1: imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação. 2.2. imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. 2.3. imposto sobre a propriedade de veículos automotores. 3. Impostos Municipais: 3.1. imposto sobre propriedade predial e territorial urbana. 3.2. imposto de transmissão onerosa e inter-vivos de bens imóveis. 3.3. imposto sobre serviços de qualquer natureza.

3. Direito Penal Tributário: 1 Globalização e Expansão do Direito Penal. 2 Teoria geral dos Crimes em Espécie. 3 Dos Crimes contra a Ordem Tributária. 4. Dos Crimes contra a Previdência Social. 5 Dos Crimes de Lavagem de Dinheiro. 6 O direito premial e a colaboração premiada. 7 Advocacia penal preventiva. 8 Programas de Compliance criminal.

4. A Ordem dos Advogados do Brasil e o Advogado: 1 A OAB e o Advogado 1.1 A OAB – estrutura e funcionamento 1.2 O Advogado 1.3 O exercício da Advocacia 2 Da ética do Advogado: o processo ético disciplinar na OAB 2.1 Das infrações ético-disciplinares 2.2 Não mercantilização da advocacia 2.3 Procedimento ético-disciplinar

5. Português Jurídico: A linguagem jurídica - expressões, estilo e peculiaridades. 1.1. Expressões que apresentam dificuldades. 1.2. Parônimos e Homônimos. 1.3. Pontuação. 1.4. Colocação pronominal. 2. Concordância. 2.1. Concordância verbal. 2.2. Concordância nominal. 3. Uso do acento indicativo de crase. 4. A narrativa jurídica persuasiva. 4.1. Uso da polifonia no texto. 4.2. Narrativa valorada. 5. A fundamentação na prática da atividade forense. 5.1. Coesão e coerência textual. 5.2. Métodos de raciocínio. 5.2.1. Método dedutivo. 5.2.2 Método indutivo. 6. Tipos e gêneros textuais. 6.1. Estrutura dos textos jurídicos. 6.2. Petições e recursos. 6.3. Contratos.

6. Direito e Tecnologia: 1. Introdução ao Direito e à Tecnologia; 2. Globalização e o impacto das novas tecnologias; 3. Era Digital: sociedade da informação e a economia do conhecimento. 4. Contratos, Documentos e Assinaturas Eletrônicas: Lei Geral de Proteção de Dados. 5. Visual law: documentos jurídicos interativos e focados no usuário. 6. Inteligência artificial: desafios éticos e aspectos jurídicos correspondentes. 7. Legal e Lawtechs.

7. Advocacia Extrajudicial Tributária: 1. As consultas formais endereçadas à Administração Tributária. 2. As tratativas e consultas formuladas pelo cliente/contribuinte e as consequentes orientações jurídicas. 3. Elaboração de parecer. 4. Elaboraões de *legal opinion* e nota técnica jurídica tributária.

8. Advocacia em Face da Fazenda Pública: 1) Delimitação do objeto de estudo: definição de “Fazenda Pública”. 2) A Fazenda Pública em juízo: a Fazenda como autora e como ré. 3) Caracterização e problemática da déia de supremacia do interesse público sobre o privado e sua influência sobre as normas processuais que regem a atuação da Fazenda Pública em juízo. 4) Prerrogativas processuais da Fazenda Pública: foro, prazos diferenciados, prescrição, reexame necessário, despesas processuais, honorários de sucumbência, multas e outras prerrogativas. 5) O CPC/2015 e as prerrogativas processuais da Fazenda Pública. 6) Tutelas Provisórias: antecipação de tutela e cautelares em face da Fazenda Pública. 7) Suspensão de segurança, de tutelas antecipadas e cautelares. 8) Execução contra a Fazenda Pública: rito, execução provisória, o procedimento monitório, precatório e RPV; a EC 62 e os efeitos das decisões do STF nas ADI’s 4357 e 4435.9) Limites e possibilidades do controle judicial da atividade administrativa.10) Advocacia em face da Fazenda Pública na instância administrativa: acesso a informações, atuação em instâncias administrativas de decisão: licitações, questões de pessoal e concursos e tributárias.

9. Petição inicial e a Propositura da demanda: técnicas de formulação e estratégias processuais: 1) Petições antecedentes ao pedido no NCPC: Produção Antecipada de Provas; Tutela Provisórias Antecedentes e Incidentais: tutelas antecipadas e cautelares, juízo de urgência e de evidência. 2) Processo de Conhecimento: Procedimento Comum Propositura: endereçamento, jurisdição e competência; distribuição por dependência; delimitação da legitimidade; estruturação da causa de pedir; pedidos: classificação; estrutura técnico-redacional: objeto imediato e mediato nas ações declaratórias, constitutivas, condenatórias, mandamentais, autoexecutivas e homologatórias; requerimento de provas; opção peça autocomposição; valor da causa. 3) Intervenções de Terceiro solicitadas na propositura da demanda: denunciação da lide e desconsideração da personalidade jurídica. 4) Atos Primeiros do Juiz: emenda, indeferimento, improcedência liminar, limitação de litisconsórcio. 5) Integração do Réu no Processo e meios de comunicação de atos: citações: modalidades. Intimações: modalidades; 6) Audiência de Medição ou Conciliação. 7) Procedimentos Executivos: petição inicial de execução por título executivo extrajudicial; petição incidental de cumprimento de sentença.

10. Saneamento do Processo e Fase Instrutória: 1) Saneamento no NCPC e a Organização do Processo: impactos práticos. 2) Distribuição de Ônus Probatório. 3) A ata notarial e a utilização na prática da advocacia. 4) Prova Documental e Incidente de Falsidade Documental. 5) Prova Pericial. 6) Depoimento Pessoal das Partes e Confissão. 7) Prova Testemunhal. 8) Inspeção judicial. 9) Audiência de Instrução e Julgamento. 10) sentença e coisa julgada. 11) reexame necessário.

11. Teoria Geral do Processo e Processo Tributário Administrativo: 1) Constituição do crédito tributário. 2) Procedimento administrativo e constituição do crédito tributário. 3) Fiscalização tributária: conceito, características e normas aplicáveis. 4) Processo administrativo tributário: conceito, regime jurídico constitucional e princípios regentes. 5) Processo administrativo no CARF. 6) Processo administrativo no Conselho de Contribuintes. 7) Processo administrativo nos órgãos administrativos municipais.

12. Teoria Geral dos Recursos e Recursos em Espécie na seara tributária: 1) O Duplo Grau de Jurisdição. 2) Conceito de Recurso. 3) Princípios: taxatividade, singularidade, dialeticidade, contraditório, complementação, fungibilidade, vedação de recurso em separado das interlocutórias, vedação da 'reformatio in pejus'. 4) Efeitos: devolutivo, suspensivo, translativo, ativo, substitutivo. 5) Disponibilidade Recursal. 6) Recurso Adesivo. 7) Julgamento não unânime e a técnica de continuidade de julgamento

13. Meios de Defesa e Execução fiscal: aspectos práticos: 1) Execução Fiscal: Inscrição em dívida ativa, Regência supletiva do CPC, Despacho que interrompe a prescrição e Citação na LEF, Garantia, Substituição do Bem Penhorado e Parcelamento após o Aparentamento da Execução Fiscal, Embargos à Execução Fiscal, Exceção de Pré-Executividade, Consequências do art. 26 da LEF e da Arrematação Judicial, Prescrição Intercorrente e Sistema Recursal na LEF e Redirecionamento da Execução Fiscal ao Sócio. 2) Ação Cautelar Fiscal: pressupostos objetivos para propositura, rito procedimental, defesa, decisões, sentença e recursos cabíveis.

14. Mandado de Segurança: 1 Teoria e Prática do Mandado de Segurança: 1.1 Perfil Constitucional do Mandado de Segurança. 1.2 Estrutura infraconstitucional do Mandado de Segurança: a) Mandado de Segurança Preventivo e Repressivo; b) Prazo de Impetração; c) Legitimação; d) Competência; e) Interesse Processual; f) Mandado de Segurança Contra Ato Judicial. 2) Procedimento: 2.1 Medida Liminar; 2.2 Informações da Autoridade Coatora. 2.3 Sequência do Procedimento. 3) Sentença no Mandado de Segurança. 4) Recursos. 5) Coisa Julgada. 6) Mandado de Segurança Coletivo na Constituição: 6.1 A disciplina infraconstitucional do Mandado de Segurança Coletivo; 6.2 Legitimação; 6.3 Objeto; 6.4 Procedimento; 6.5 Coisa Julgada e Litispendência em Mandado de Segurança Coletivo.

15. Tópicos Especiais: Temas atuais para o desenvolvimento de soft skills e competências transversais

ADVOCACIA
TRIBUTÁRIA

SEU FUTURO COMEÇA AQUI!

MATRICULE-SE

